

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

NOME: Projeto Escolas

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR: Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (CTETP) da UFMG

CPF/CNPJ: 24.494.873/0001-66

NOMES DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) PELA IMPLEMENTAÇÃO:

Prof. Dr. Carlos Henrique Borlido Haddad

Profª. Dra. Livia Mendes Moreira Miraglia

ENDEREÇO ELETRÔNICO: clinicatrabalhoescravo@gmail.com

EQUIPE DE IMPLEMENTAÇÃO (nome e cargo)

Prof. Dr. Carlos Henrique Borlido Haddad - coordenador

Profª. Dra. Livia Mendes Moreira Miraglia - coordenadora

André Rezende Soares Lino - advogado

Gabriela de Souza Miranda - estagiária

Jonas Ferraz Rodrigues - estagiário

Dhara Araújo Magalhães - estagiária

Mariana Moraes Quintão - estagiária

Pedro Linhares Pinheiro Jalles - estagiário

Lorena Andrade Pimenta - estagiária

Isabela Diniz Makluf - estagiária

Vitor Pimenta Velloso Botelho - estagiário

RESUMO DA ATIVIDADE

A Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, projeto de extensão da FDUFMG, pautada no tripé do ensino superior, pesquisa, ensino e extensão, entende que estudantes e operadores legais devem mobilizar-se pelo fortalecimento da sociedade civil e pela promoção dos direitos humanos. O projeto escolas visa levar conhecimento sobre trabalho escravo e

tráfico de pessoas para além dos muros da universidade, contribuindo para a formação cidadã de alunos.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A prática pretende, por meio da realização de aulas e distribuição de materiais didáticos teóricos e audiovisuais, promover abordagem pedagógica em escolas de diversos perfis, públicas e privadas, a fim de conscientizar os estudantes acerca do trabalho escravo e tráfico de pessoas, desde o início do processo de aprendizagem, dentre as turmas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, promovendo a prevenção no que tange a situação-problema pela democratização do conhecimento.

DATA DE VIGÊNCIA

Desde 2015 até os dias atuais.

PREENCHIMENTO DOS CRITÉRIOS (qualidade, relevância, alcance social, replicabilidade, resultados, criatividade e inovação e sustentabilidade)

1. Qualidade:

O projeto em questão ocorre no âmbito da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG, projeto de extensão reconhecido nacional e internacionalmente no enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo e ao tráfico de pessoas. A partir da especialização e do treinamento conferidos pela equipe, os extensionistas aprendem a lecionar aulas críticas voltadas para o público escolar específico sobre as principais questões acerca do tema.

2. Relevância:

A prática é de notável relevância, vez que pretende, por meio da realização de aulas dinâmicas que fazem de materiais didáticos teóricos e audiovisuais capazes de alcançar o público e promover reflexão crítica acerca da situação, buscando capacitá-los para identificar possíveis indícios das práticas no cotidiano, evitando sua ocorrência e permanência e empoderando-os para a realização de denúncias e conscientização da comunidade.

3. Alcance social:

O projeto, além de atender às escolas da região metropolitana de Belo Horizonte, alcança escolas dos demais municípios vulneráveis de todo o Estado, sobretudo nas regiões onde há maior número de ações fiscais e resgates de trabalhadores em situação análoga à escravidão. Destaca-se que a prática se volta a instituições de ensino públicas e privadas, de modo a abranger maior parcela da sociedade e, deste modo, ser mais ampla na conscientização e no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo.

4. Adaptabilidade:

Considerando sua natureza, a prática pode se amoldar para atingir diversas classes sociais e regiões do país. Menciona-se que o projeto já promoveu aulas a imigrantes haitianos e em escolas públicas de comunidades da capital, além de aulas para mulheres líderes comunitárias de programa do Ministério Público de MG. Ademais, os conteúdos podem seguir recortes teóricos específicos adaptáveis ao público e à região. Também pode ser adaptado para o ambiente virtual (como foi feito durante o período da pandemia).

5. Replicabilidade:

Sua capacidade de adaptação a diferentes realidades e contextos educacionais amplifica seu potencial de transformação social, sendo modelo facilmente replicável para iniciativas similares em todo o país, sobretudo no âmbito de extensões universitárias.

6. Resultados:

No que tange aos resultados, verifica-se que a iniciativa, apenas no corrente ano, alcançou o número significativo de 2000 alunos, distribuídos em mais de 20 instituições educacionais de 9 cidades de diversas regiões do estado. Tal alcance reflete não apenas a dimensão quantitativa, mas também a capacidade de impactar diferentes comunidades e classes sociais.

7. Criatividade e inovação:

A prática é criativa e inovadora no sentido de levar conhecimento técnico e conscientização sobre tema que aparentemente encontra-se distante da realidade desses estudantes. A maior parte da população carece de informações de qualidade acerca de seus direitos e das garantias que lhes devem ser fornecidas no mercado de trabalho, de modo que ao tratar desses temas em sala de aula, permite-se aos alunos distinguirem situação de exploração, evitando que se tornem vulneráveis.

PROJETO ESCOLAS DA CLÍNICA DE TRABALHO ESCRAVO E TRÁFICO DE PESSOAS DA UFMG

DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA

I - Identificação do problema, análise das principais causas, planos de melhorias e resultado esperado:

O problema do trabalho escravo no Brasil é uma realidade complexa e persistente, exigindo uma abordagem multifacetada para sua compreensão e resolução. A análise das principais causas revela uma intersecção de fatores econômicos, sociais e estruturais que perpetuam esse crime.

Entre as principais causas, destaca-se a vulnerabilidade socioeconômica de determinadas populações, muitas vezes associada à falta de acesso à educação de qualidade e oportunidades de emprego dignas. A fragilidade das fiscalizações e a impunidade perante casos de trabalho escravo também contribuem para a perpetuação desse problema, criando um ambiente propício para a exploração laboral.

Para enfrentar esse desafio, é imperativo implementar planos de melhorias abrangentes que abordem tanto as causas raízes quanto os aspectos mais imediatos do trabalho escravo. Iniciativas educacionais e programas de capacitação educacional emergem como estratégias essenciais, reduzindo sua suscetibilidade à exploração a longo prazo.

Em resumo, a abordagem para resolver o problema do trabalho escravo no Brasil deve ser holística, envolvendo educação, capacitação e parcerias entre os setores público e privado.

II - Fundamentação legal, teórica, metodológica e técnica, com as estratégias adotadas no desenvolvimento da prática

Foi realizado, a partir de pesquisa prévia da CTETP, o levantamento das regiões e cidades mais afetadas pelo delito no período de 2017 a 2022, a fim de direcionar a prática. Após, realizou-se um levantamento das escolas das redes públicas e privadas com turmas do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio que possuem interesse em serem beneficiadas com as aulas.

Com base no contato e diálogo com os coordenadores e professores das instituições de ensino alvo, realiza-se um diagnóstico das necessidades e um levantamento dos melhores métodos de abordagem da sensível problemática do trabalho análogo ao de escravo no país,

considerando os benefícios da interdisciplinaridade e do contexto socioeconômico dos alunos.

As apresentações ofertadas às escolas são interativas, visando à discussão, as temáticas são relacionadas a casos reais e recentes, de modo a promover reflexões e discussões importantes aos envolvidos.

As aulas têm duração sugerida de até 1h30, a depender do interesse dos alunos e da necessidade da instituição. Todas as questões são previamente combinadas, para que o material apresentado seja compatível com a proposta de cada escola, que pode sugerir recortes temáticos (como trabalho infantil, trabalho escravo na pecuária, doméstico, dentre outros).

III - Dificuldades encontradas durante a implementação

As maiores dificuldades do projeto são em relação aos custos de execução e quanto à sua expansão. Os estagiários vinculados ao projeto são voluntários e, a fim de atingir um contingente maior de alunos, há diversos gastos com as viagens.

Além disso, o contato com as instituições por vezes mostra-se moroso demais e as tratativas para marcar uma data acabam se delongando sobremaneira.

IV - Resultados e benefícios alcançados após a implementação da prática

No que tange aos resultados, verifica-se que a iniciativa, apenas no corrente ano de 2023, alcançou o número significativo de 1.500 alunos, distribuídos em mais de 20 instituições educacionais de 9 cidades de diversas regiões do estado. Os resultados dos anos anteriores foram igualmente satisfatórios, tendo atingido mais de 3.850 alunos, em cerca de 80 escolas.

Destacamos que foram realizadas, nos anos anteriores, aulas a imigrantes haitianos em parceria ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte, as quais, além de conscientizarem sobre tráfico de pessoas e trabalho escravo, permitiram ao público acesso à cidadania por meio do compartilhamento de informações jurídicas básicas para a vivência social desses imigrantes. Também foram promovidas, em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais, capacitações para as líderes comunitárias de comunidades vulneráveis da capital mineira. Também foram realizadas aulas em escolas públicas de comunidades,

permitindo não só uma ampliação do público alvo como também uma experiência única prática para os alunos da graduação, aproximando-lhes de realidade distinta da sua, mas imprescindível para a compreensão social indispensável ao operador do Direito. Tais exemplos denotam a adaptabilidade do projeto, que se amolda às diversas realidades do público alvo.

Menciona-se que, junto aos extensionistas da Clínica de Trabalho Escravo, vão alunos da optativa ofertada pelo projeto de extensão, haja vista ser atividade obrigatória da disciplina, de modo a envolver a comunidade acadêmica

Ademais, as escolas atingidas pelo projeto costumam ter uma resposta muito positiva e relataram grande impacto nos alunos. Além disso, é comum que os alunos ao final procurem os capacitores para sanar dúvidas acerca de direitos trabalhistas, sobretudo naquelas cujos alunos trabalham desde a adolescência.

Tais dados refletem a capacidade do projeto de impactar diferentes comunidades e classes sociais.

V - Custos e recursos utilizados na implementação da prática

O projeto opera se deslocando até a escola participante, geralmente uma dupla de membros do projeto se desloca até o local. Utiliza-se uma apresentação de Power point, elaborada pela equipe, que auxilia na exposição do tema tornando-a dinâmica e completa. Assim, os custos de operação do projeto envolvem o deslocamento das pessoas que irão ministrar a aula/palestra, a diagramação e impressão de eventuais materiais a serem disponibilizados.

VI - Características inovadoras (diferenciais) da prática

A capacitação de jovens que estão ainda em nível escolar sobre as condições dignas de trabalho e as formas que existem de abuso e exploração e sobre o tráfico de pessoa é inovadora no sentido de levar conhecimento técnico e conscientização sobre tema que aparentemente encontra-se distante da realidade desses estudantes. A maior parte da população carece de informações de qualidade acerca de seus direitos e das garantias que lhes devem ser fornecidas no mercado de trabalho, de modo que ao tratar desses temas em sala de aula, permite-se aos alunos distinguirem situação de exploração, evitando que se tornem vulneráveis, capacitando-os a reconhecer situações de trabalho precário e tráfico de pessoas e a denunciar.

VII - Características que demonstram facilidade de replicação da prática

Como a prática necessita somente de pessoas capacitadas no tema para replicar o conhecimento para os alunos, temos que há facilidade na sua expansão. A capilaridade é enorme, haja vista que os próprios estudantes são capacitados para replicarem o conhecimento, levando as questões tratadas para suas comunidades, lares e vizinhanças.

VIII - Tempo de implementação

A prática foi implementada em 2015, início da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG.

IX - Conclusão

Portanto, a prática tem se mostrado bastante eficiente e promissora, visto o número de alunos que já foram alcançados e conscientizados acerca das irregularidades que assolam o mercado de trabalho contemporâneo. O fortalecimento e a complementação da educação para os jovens é um caminho necessário para a erradicação do trabalho escravo contemporâneo e do tráfico de pessoas, bem como para a promoção de trabalho decente para todos. Ademais, a aproximação da Universidade Pública da comunidade cumpre o papel essencial do ensino superior público, levando à sociedade o conhecimento produzido “intramuros”, colaborando para o desenvolvimento de um ensino mais crítico e fundamentado. Além do inegável benefício aos estudantes alcançados pelas aulas, há que se destacar que o contato com a realidade fática é de suma importância para os alunos da graduação em Direito, a fim de se permitir a formação mais completa, sensível e voltada para as distintas realidades dos futuros juízes, advogados, procuradores e professores que lidarão diretamente com essas questões.